

NUCIDH NAS RUAS:

um diagnóstico **preliminar** das “Rondas de Direitos” junto às pessoas em situação de rua promovidas pela Defensoria Pública do Paraná em 2023

DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

NUCIDH
NÚCLEO DA CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS



NUCIDH NAS RUAS:

um diagnóstico **preliminar** das “Rondas de Direitos” junto às pessoas em situação de rua promovidas pela Defensoria Pública do Paraná em 2023

DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

NUCIDH
NÚCLEO DA CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

Sumário

01. Introdução..... **04**

02. Panorama das rondas noturnas realizadas em 2023..... **05**

03. Perfil social dos usuários entrevistados..... **07**

04. Acesso a direitos pela população em situação de rua..... **08**

05. Conclusões **17**

06. Realização..... **18**

Introdução

Logo no início do ano de 2023, o Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), iniciou o projeto '**Rondas de Direitos das Pessoas em Situação de Rua**', que contou com o apoio da Assessoria de Projetos Especiais (APE), de profissionais do CEAM e servidores(as) e defensores(as) voluntários(as). Seu objetivo é promover o acesso à justiça e aos direitos humanos da população em situação de rua, mediante atendimento técnico-jurídico, realizado no local em que se encontram os/as cidadãos/ãs, especificamente no período noturno. Ao tempo dos atendimentos, são divulgados os serviços da Defensoria Pública, além da aplicação de questionários para mapeamento das demandas e violações.

Previamente à realização das rondas, buscou-se realizar um levantamento de locais na cidade que contam com maior concentração de pessoas em situação de rua. A partir dessas informações, as rondas de 2023 concentraram-se na Praça Tiradentes e no Mercado Municipal de Curitiba. Algumas das rondas contaram com o apoio da sociedade civil.

Essas rondas ocorreram mediante a realização de busca ativa das pessoas em situação de rua, prática prevista para os serviços de assistência social e consolidado nas Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), (BRASIL,2009).

Este diagnóstico busca sistematizar,de forma preliminar, os dados da população atendida pela Defensoria Pública no decorrer das rondas. Os dados e conclusões decorrem da aplicação de questionários semiestruturados com parcela da população atendida que aceitou responder às perguntas. A partir das respostas, buscou-se identificar um perfil das pessoas atendidas, reconhecer as principais violações de direito vivenciadas por esses sujeitos e quais são os principais aperfeiçoamentos necessários em políticas públicas.

O diagnóstico é dividido em três tópicos que sintetizam as respostas obtidas no decorrer dos atendimentos. Inicia-se com exposição de quantos questionários foram aplicados e em quais locais da cidade. Em seguida, são expostos os perfis dos cidadãos entrevistados, ressaltando elementos de gênero, raça e faixa etária. Continuamente, é retratada a realidade vivenciada por esses cidadãos, notadamente sua adesão aos serviços públicos e exposição a violências (institucionais ou não).

Foram mais de 300 pessoas atendidas ao longo do ano de 2023, porém nem todas responderam ao questionário. Registre-se que as rondas noturnas ocorreram apenas uma vez a cada mês.

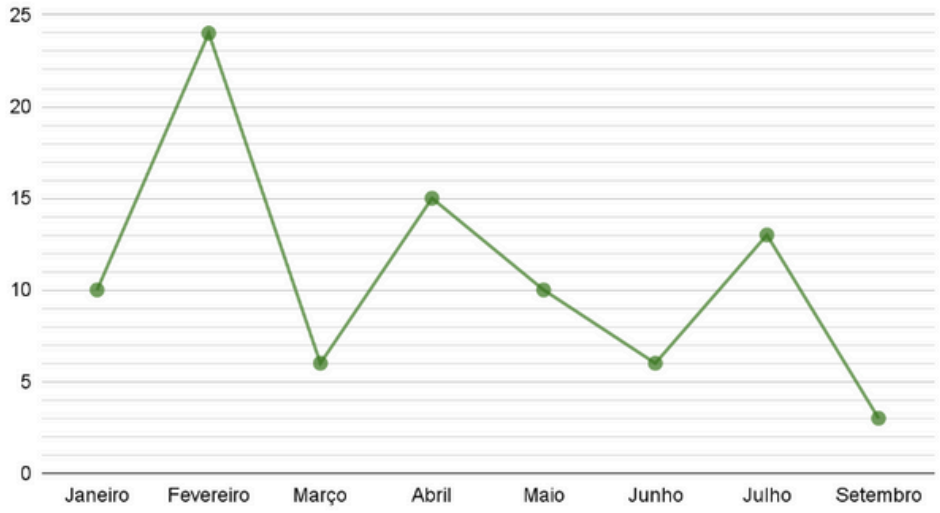
A leitura que se faz dos serviços é realizada por amostragem, a partir dos questionários respondidos.

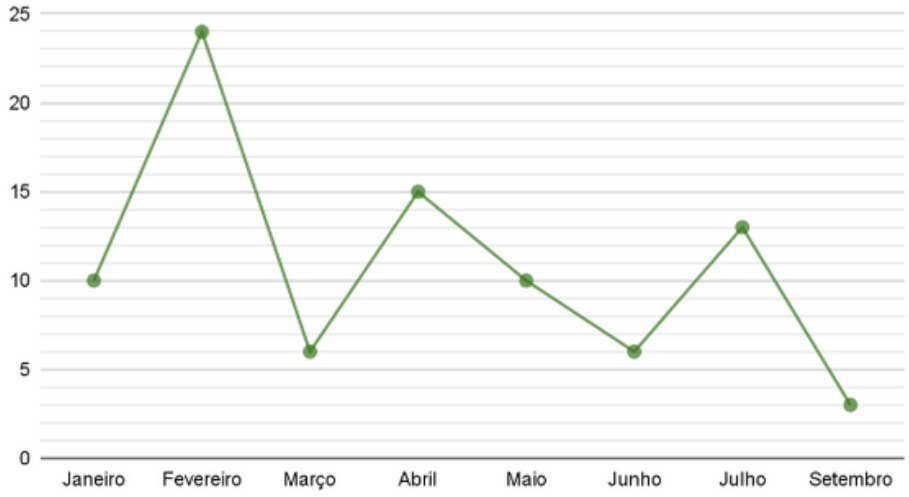
Por fim, são expostas conclusões obtidas a partir da análise dos dados de ambos os questionários.

2. Panorama das rondas noturnas realizadas entre 2023 e 2024

Nas Rondas Noturnas realizadas em 2023, foram respondidos 87 questionários[1] . É o que demonstra o gráfico a seguir:

Questionários respondidos por mês I Rondas



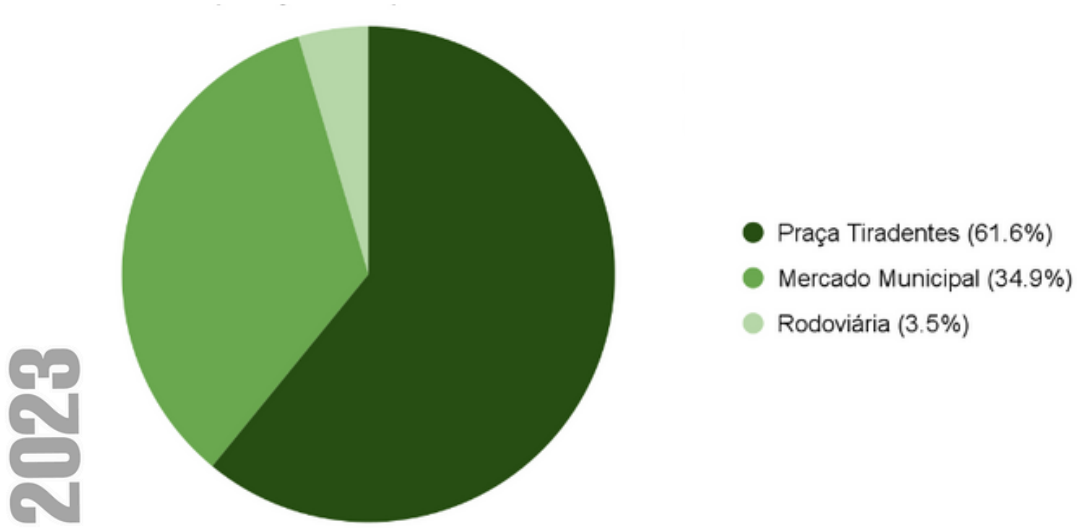


[1] As rondas ocorrem de forma mensal, totalizando uma por mês. As equipes responsáveis pela execução das rondas são reduzidas, compostas, via de regra, por 05 (cinco) pessoas, as quais dividem-se para realização de atendimentos jurídicos e aplicação dos questionários. Soma-se a isso o fato da resposta aos questionários ser voluntária, não condicionando os serviços prestados pela Defensoria Pública.

É necessário alertar que a resposta aos questionários é voluntária, de modo que o número de questionários não reflete o número total de atendimentos realizados pela Defensoria Pública no decorrer das Rondas Noturnas. Os atendimentos são prestados sem a exigência de resposta ao questionário.

No ano de 2023, os questionários foram aplicados nos seguintes locais da cidade:

Local de Aplicação dos questionários | Rondas



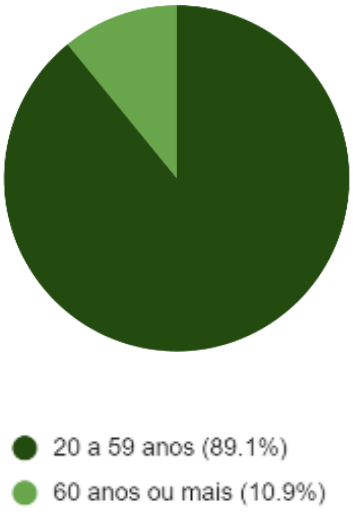
As primeiras Rondas Noturnas concentraram-se na Praça Tiradentes e Mercado Municipal de Curitiba devido à maior presença de pessoas em situação de rua nesses espaços.

03. Perfil social dos usuários entrevistados

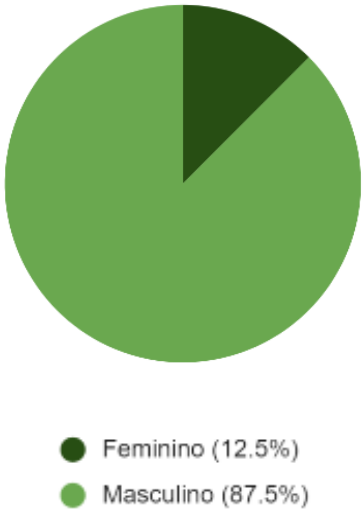
Ultrapassada a compreensão geral dos questionários aplicados até o momento, passa-se à uma análise do perfil dos usuários arguidos, utilizando-se de critérios de faixa etária, gênero e raça. Como alertado, o perfil identificado é um recorte dos atendimentos prestados pela Defensoria Pública no ano de 2023. As informações aqui expostas não pretendem ser um censo das pessoas em situação de rua de Curitiba, considerando o número de pessoas entrevistadas. No entanto, servem como um panorama acerca dos serviços ofertados a essas pessoas.

Em 2023, averiguou-se uma presença massiva de cidadãos adultos. Contudo, tendo em vista a maior vulnerabilidade vivenciada por pessoas idosas, é necessário atenção por parte dos entes públicos diante da constatação de que 10,9% dos entrevistados são idosos. Em termos de gênero, predominam homens em situação de rua.

Faixa Etária | Rondas



Gênero | Rondas



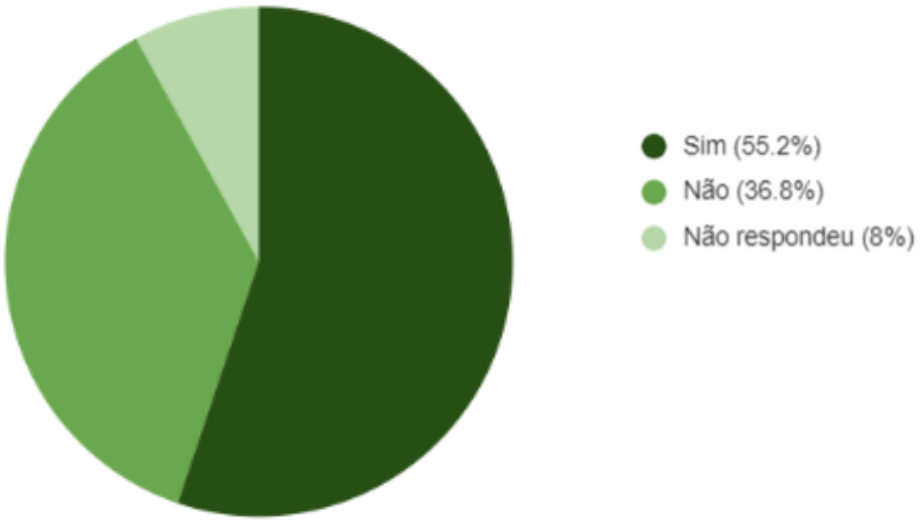
A análise dos dados individuais dos cidadãos em situação de rua identifica uma predominância de homens adultos em situação de rua, com relevante presença de pessoas negras nesse segmento da população. A predominância de um determinado grupo (como homens adultos, por exemplo), não exime a relevância de outros segmentos, destacando-se as demandas específicas às mulheres em situação de rua e pessoas idosas.

04. Acesso a direitos pela população em situação de rua

Compreendido o perfil dos usuários entrevistados no decorrer das rondas, é necessário avaliar a adesão desses cidadãos aos serviços socioassistenciais.

Assim, questionou-se o uso de serviços públicos, o acesso a benefícios socioassistenciais, posse de documentos civis, experiência com violações de direitos e acesso aos serviços prestados pela Saúde.

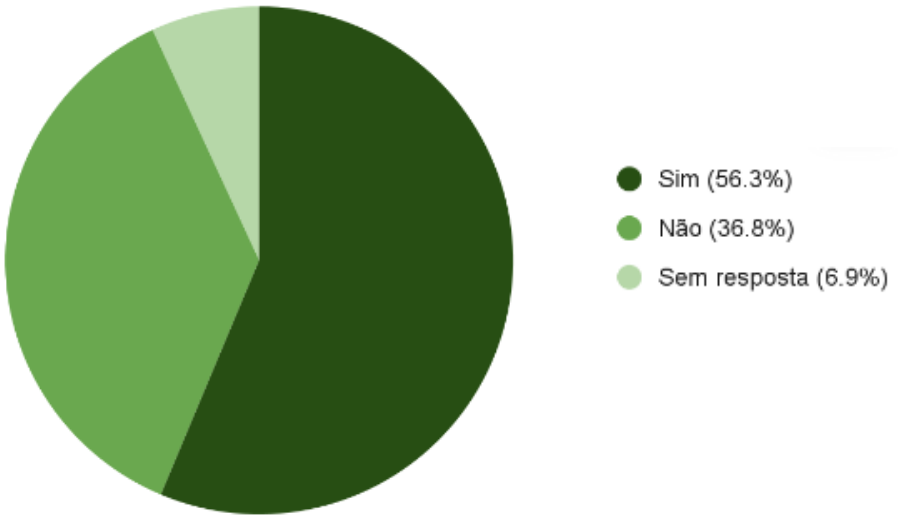
Usuários(as) que utilizam equipamentos das FAS/Assistência social | Rondas



Parte dos(as) usuários(as) que afirmaram utilizar equipamentos da Fas/Assistência social citou o restaurante popular, serviços da Praça da Solidariedade, CRAS, Hoteis Sociais, Centros Pop e Casa das Mulheres.

Em seguida, questionou-se o cadastro dos cidadãos no sistema CADÚnico, sistema utilizado para identificar pessoas de baixa renda no Brasil. Averiguou-se uma relevante adesão dos usuários ao cadastro.

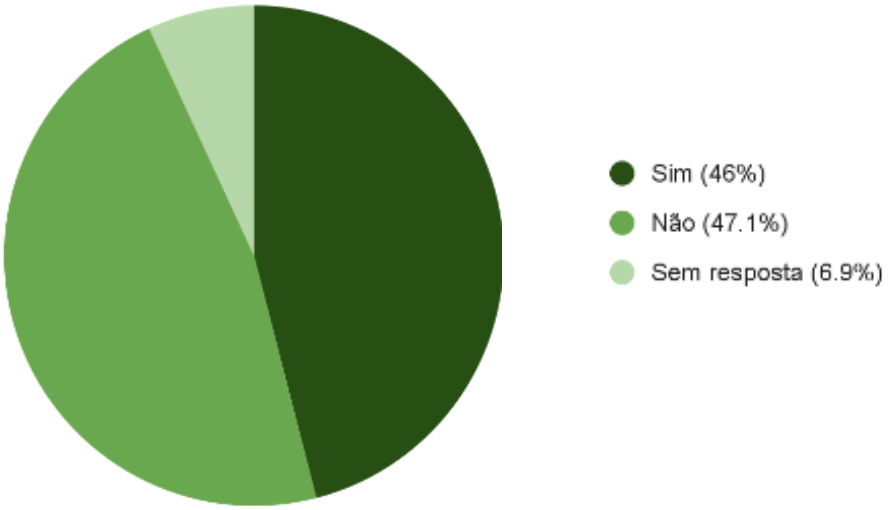
Usuários(as) cadastrados(as) no CadÚnico para recebimento de benefícios sociais | Rondas



A maior parte dos usuários(as) que possuem registro no CadÚnico indicam o Bolsa Família como benefício social recebido. Assim, constata-se uma uma certa adesão dos usuários ao CadÚnico e aos benefícios dele decorrentes.

Contudo, ainda é preocupante que em um segmento populacional em extrema vulnerabilidade social haja pessoas sem o cadastramento junto ao CADÚnico e acesso a benefícios sociais. Assim, é preciso reforçar que as instituições responsáveis pela promoção dos direitos da população em situação de rua assegurem um integral cadastro das pessoas em situação de rua no CADÚnico para acesso a benefícios sociais. Além disso, o cadastro permite uma identificação da quantidade de pessoas em situação de rua nos Municípios, como também garante o acesso desses cidadãos a programas socioassistenciais.

Usuários(as) que estão em posse de seus documentos civis | Rondas



O acesso a documentos civis é imprescindível para que pessoas em situação de rua acessem outros direitos básicos. Isso reforça a relevância da realização das rondas, as quais auxiliam no processo de expedição de forma gratuita e desburocratizada dessa documentação com encaminhamentos assinados para a sua solicitação.

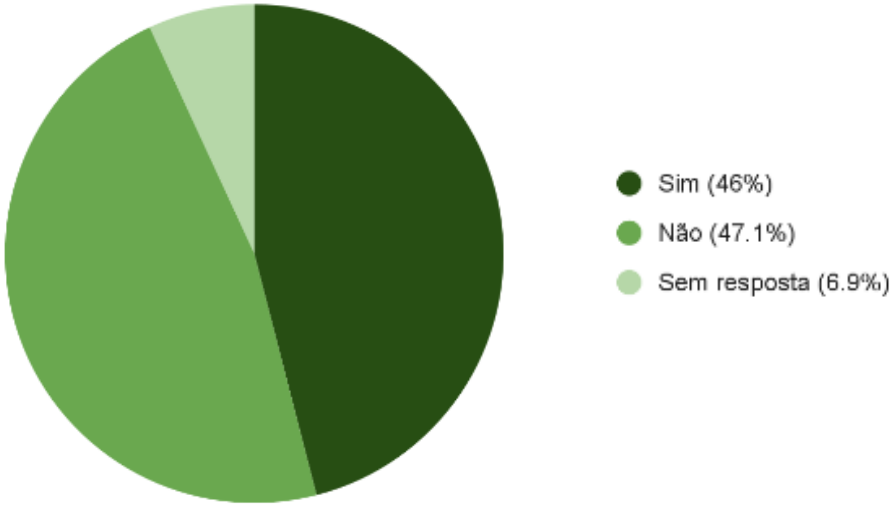
Ademais, articulações interinstitucionais que garantam gratuidade e agilidade na expedição de documentos a pessoas em situação de rua também são formas de reverter essa realidade.

Igualmente, os dados apresentam um alerta para os serviços socioassistenciais, haja vista que esses locais também possuem a atribuição de auxiliar na obtenção de documentos **e um percentual significativo dos usuários relata que faz uso dos serviços socioassistenciais prestados pelo Município e, ainda assim, estão sem documentação**.

Continuamente, buscou-se compreender a adesão dos usuários aos serviços de saúde, notadamente aqueles prestados pelo Consultório na Rua, modalidade de serviço de atenção primária à saúde, destinado especificamente à população em situação de rua.

Constata-se uma adesão dos usuários aos serviços de saúde, especialmente no Consultório na Rua.

Usuários(as) que são atendidos/fazem uso dos equipamentos da Saúde Pública/Consultório na Rua | Rondas

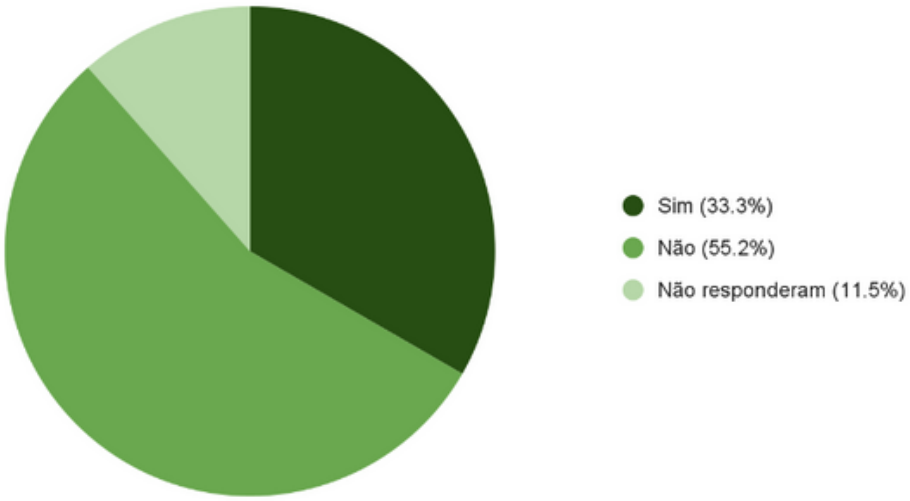


Contudo, como será exposto no tópico seguinte, a adesão aos serviços de saúde por parte de uma parcela das pessoas em situação de rua não afasta as dificuldades enfrentadas pelos usuários ao acessarem esses serviços. Vale lembrar que não é a totalidade da população em situação de rua que consegue acessar esses serviços, pois ainda **mais de 30% dos entrevistados não o acessam**.

Em seguida, avaliou-se as eventuais violações de direitos sofridas pelas pessoas em situação de rua, destacando-se episódios de violência (praticadas por agentes públicos de segurança pública ou privada) e a relação com a vizinhança onde as pessoas em situação de rua estão localizadas.

Inicialmente, questionou-se acerca de violências sofridas por agentes de segurança pública.

Usuários(as) que sofreram violência por parte da segurança pública | Rondas

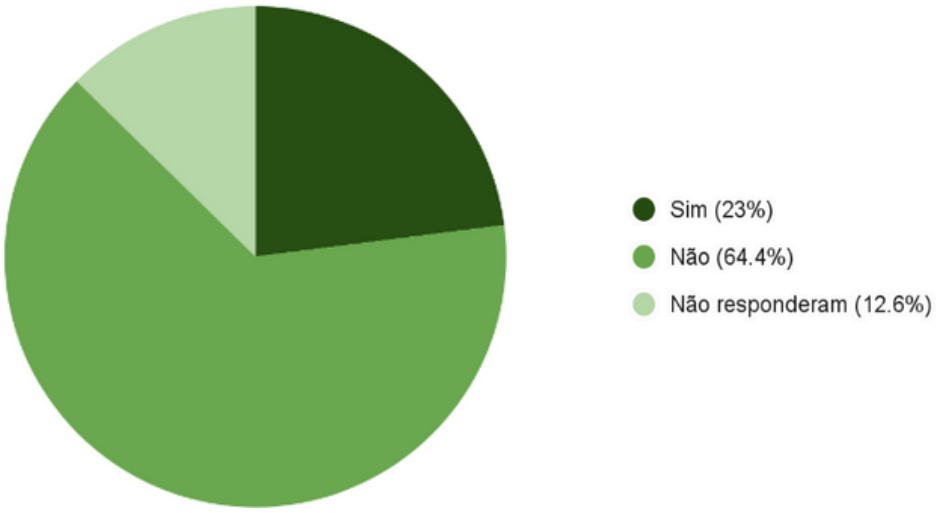


Usuários(as) que afirmaram ter sofrido violência por parte da segurança pública citaram como autores a Guarda Municipal e a Polícia Militar. Destaca-se que a Defensoria Pública do Paraná, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, realizou relatório específico sobre violências praticadas pela Guarda Municipal de Curitiba, o qual apontou especificidades de episódios de violência contra pessoas em situação de rua[2].

[2] O relatório pode ser acessado em: <https://bit.ly/4cEk70h>.

Também foi questionado sobre eventuais violências perpetradas por agentes de segurança privada:

Usuários(as) que sofreram violência por parte da segurança privada | Rondas



Os(as) usuários(as) que sofreram violência por parte de segurança privada de estabelecimentos declararam que foram praticadas por seguranças do Terminal Rodoferroviário de Curitiba e do Mercado Municipal de Curitiba. Alguns relataram situações nas quais ocorreram preconceito em relação a sua aparência.

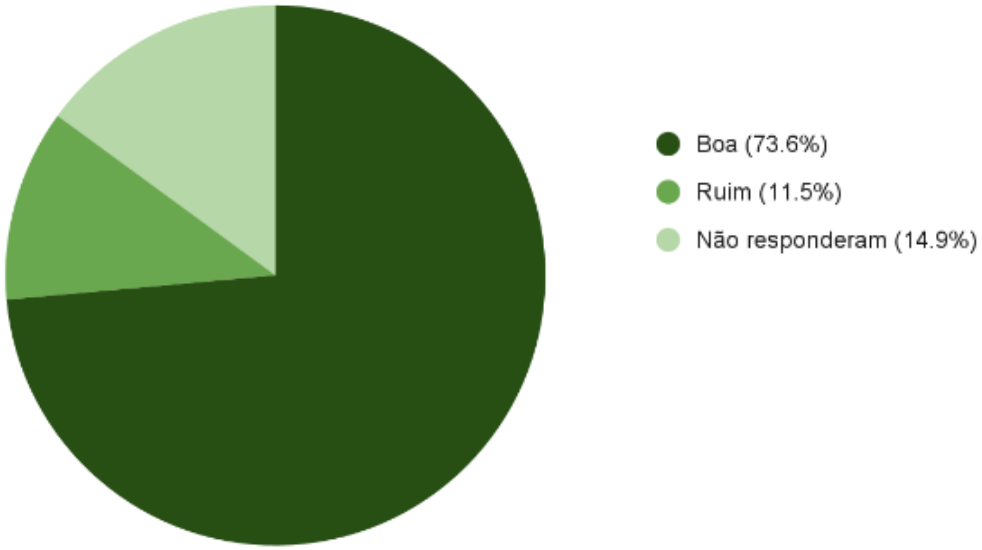
Após a coleta dessas informações, a Defensoria Pública adotou providências em face da Urbanização de Curitiba S.A (URBS) e da empresa de segurança privada INTERCEPT S.A, responsáveis pela gestão do Terminal Rodoferroviário de Curitiba.

É necessário considerar que episódios de violência estatal apresentam significativa subnotificação de registros para esse público populacional, pois muitos temem represálias, bem como enfrentam dificuldades para registrar ocorrências.

Seguidamente, buscou-se avaliar a relação dos cidadãos com a vizinhança nos seus locais de referência.

Conforme demonstram os gráficos a seguir, 73,6% dos entrevistados classificaram como boa a relação com a vizinhança de seu local de referência:

Relação com a vizinhança/comerciantes/moradores dos arredores | Rondas



As respostas indicam que, ao menos individualmente, parte das pessoas entrevistadas não apontaram dificuldades com os vizinhos nas áreas que pernoitam. Isso não significa, contudo, que não haja episódios de violência e violações perpetradas por particulares. Trata-se de um retrato da impressão por parte das pessoas em situação de rua nos locais visitados pela Defensoria Pública, na região central.

As respostas indicam que, ao menos individualmente, parte das pessoas entrevistadas não apontaram dificuldades com os vizinhos nas áreas que pernoitam. Isso não significa, contudo, que não haja episódios de violência e violações perpetradas por particulares. Trata-se de um retrato da impressão por parte das pessoas em situação de rua nos locais visitados pela Defensoria Pública, na região central.

Por fim, os questionários aplicados, tanto nos atendimentos realizados em rondas noturnas quanto nos mutirões de agosto e setembro de 2023, colocaram como um dos questionamentos qual seria a maior dificuldade enfrentada por viver em situação de rua.



O gráfico acima evidencia a complexidade das dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua para superação de sua condição de vulnerabilidade. A falta ou falha de serviços básicos (como acesso à saúde, alimentação e assistência social), dificuldade de acesso à emprego, renda e moradia são alguns dos elementos destacados nas falas dos cidadãos entrevistados.

As dificuldades supracitadas evidenciam a necessidade de intervenção em áreas como moradia, saúde, assistência social, educação, trabalho e renda. As pessoas que vivem em situação de rua estão constantemente privadas do acesso aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, tornando-se assim excluídas e estigmatizadas pela sociedade.

Conclusões

Os dados obtidos a partir das Rondas de Direito demonstram a relevância desse projeto, seja para a promoção de direitos das pessoas em situação de rua, seja para uma ampliação dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Paraná.

A situação de hipervulnerabilidade à qual os cidadãos em situação de rua se encontram expostos demanda estratégias criativas das instituições que são responsáveis pela promoção de seus direitos. Uma parcela das constatações tratadas neste relatório não seria obtida em atendimentos prestados nas sedes da Defensoria Pública, haja vista que muitos cidadãos em situação de rua não se deslocam até a Instituição para realização de denúncias. Esses dados são imprescindíveis para uma fiscalização da atuação de forças de segurança pública e/ou privadas.

Ainda, o elevado número de cidadãos em situação de rua que utilizam os serviços socioassistenciais, mas permanecem em situação de rua, demonstra os limites desses serviços. Isso reforça a importância de políticas interinstitucionais de promoção de direitos, sobretudo de acesso à renda e moradia, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos próprios entrevistados.

Realização

NÚCLEO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (NUCIDH) DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

ANTONIO VITOR BARBOSA DE ALMEIDA
Defensor Público

DÉBORA CARLA PRADELLA
Assessora Jurídica

MATHEUS MAFRA
Assessor Jurídico

MARIANA ARAÚJO LEVORATTO
Psicóloga

TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA
Assistente Social

CONTATO


nucidh@defensoria.pr.def.br


(41) 99252-5471



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

NUCIDH
NÚCLEO DA CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS